

O Filósofo Marx e seus Seguidores

Leandro Konder
Filósofo

Karl Marx (1818-1883), filósofo alemão famoso, é ainda hoje objeto de referências apaixonadamente pró e contra, muito mais do que de leituras atentas e de estudos despreconceituosos.

Uma das dificuldades que surgem no caminho do estudo de Marx está exatamente no fato de que o seu pensamento é tido por conhecido, versões sumárias das suas ideias circulam em ambientes tumultuados por discussões políticas.

De Marx, todo mundo sabe (ou julga saber) que ele era um teórico do comunismo, inspirador da extinta União Soviética e da experiência do leninismo, que traduziu sua perspectiva em ação. Por que as pessoas perderiam tempo decifrando **O Capital** se podem conhecer sua teoria através das atividades de seus seguidores?

As coisas se complicam ainda mais quando se leva em conta o fato de que Marx não marcou presença apenas na crítica da economia e na crítica da política, mas é um pensador original, que se doutorou em filosofia. E sobre Marx especificamente como filósofo, os conhecimentos costumam ser esparsos, fragmentários, esgarçados.

Experimentem fazer um teste, uma rápida pesquisa. Em um acontecimento social, um jantar, um almoço, uma exposição, um lançamento de livro, ouvindo alguém repetir a frase do nosso bravo Caetano (só é possível filosofar em alemão), indague, num tom humilde:

- Gente, será que algum de vocês pode me explicar o que é a “alienação”, para Marx? O que é o “estranhamento”? É a mesma coisa?

E, enquanto te olharem com perplexidade, talvez mesmo com constrangimento vá adiante, insista:

- Confesso que não entendo o conceito de “ideologia”. Ideologia é mentira, é propaganda? Existem ideologias do Bem e ideologias do Mal?

E – pelamordedeus! (estilo Aldo Rabelo) – me esclareçam o que significa esse estranho conceito de práxis. Práxis é a mesma coisa que prática?

Se você não for expulso do recinto, pode continuar a fazer suas perguntas. Indague o que é a misteriosa “mais-valia”. Qual é a diferença entre socialismo e comunismo? Qual era, para Marx, a importância da relação homem/mulher? Tenho a impressão de que, se forem recolhidas muitas respostas, os resultados dessa minipesquisa confirmarão que as pessoas, em geral, conhecem menos de Marx do que se supõe. Mesmo indivíduos inteligentes e bem informados, deixarão transparecer escassa familiaridade com a matéria.

O fenômeno é compreensível. Os textos mais importantes em que Marx expôs suas convicções filosóficas custaram a ser publicados e divulgados. Os ***Manuscritos Econômico-Filosóficos*** de 1844, por exemplo, só foram publicados em 1932, quer dizer, 88 anos depois de terem sido escritos, 49 anos após a morte do seu autor.

Outra circunstância deve ser lembrada: o simples nome de Marx, tornado célebre, identificado com “revolução”, irritava os detentores do poder, era visto como uma provocação “subversiva”. E os grupos eventualmente criados para estudá-lo estavam sujeitos à repressão. Compreende-se, então, que o conhecimento do pensamento de Marx não correspondesse à sua fama. Ele tinha de ser, mesmo, mais famoso do que conhecido.

MARX E A POLÍTICA

O final do séc. XIX foi um tempo de mudanças fundamentais. Marx que morreu em 1883, não as viu. Friedrich Engels (1820-1895), entretanto, como morreu 12 anos depois do amigo, teve ocasião de enxergá-las e refletir sobre elas. Em 1848, o campo de batalha era um; em 1895 havia-se modificado, era outro.

O velho campo de batalha era o das barricadas nas ruas, da retórica radical antiburguesa, dos protestos românticos, dos derramamentos sentimentais.

O novo campo de batalha era o de conflitos e negociações com o patronato. Os primeiros partidos modernos de massas e os primeiros sindicatos

modernos de massa, da história, tinham um elevado poder de fogo, porém tinham também muito senso de responsabilidade. Havia muita preocupação com a governabilidade. Quando a nova Constituição foi aprovada e se estabeleceu o “sufrágio universal”, setores de extrema esquerda foram contra e Engels (sem entusiasmo) foi a favor. Era um direito de alcance limitado, um sufrágio exclusivamente masculino. Mesmo sendo frustrante, nem assim os liberais tinham conseguido apresentá-lo, defendê-lo e fazê-lo ser reconhecido. O Partido Social-Democrata foi quem faturou o maior crescimento de popularidade com a vitória (ainda que magra).

A bancada do Partido entrou em maré de crescimento, sua direção tinha cabeças políticas altamente qualificadas, como Karl Kautsky, August Bebel, Edward Bernstein. Os sindicatos foram providos de boas bibliotecas. Foram ministrados cursos de alto nível (entre os professores, se destacava Rosa Luxemburgo). Nos primeiros anos do século XX, já começava a ficar claro que, pelo caminho da mobilização por reformas (e não pelo caminho da revolução), o Partido ia logo se tornar o maior partido da Alemanha.

A CONCEPÇÃO DO HOMEM

Como foi que Marx chegou a formular os principais conceitos da sua filosofia? Sabemos que no segundo semestre de 1843, ele se casou com Jenny von Westfallen, leu muito, escreveu sobre a sociedade burguesa e sua dilaceração.

O aprofundamento da análise, entretanto, dependia de um ângulo que proporcionasse ao crítico uma visão mais abrangente, uma visão capaz de abranger o movimento das contradições em seu conjunto (como um todo!), e capaz de enxergar a direção em que aconteceria a sua superação (e identificar qual o setor da sociedade que atuaria como portador material da mudança).

No início de 1844, Marx já tinha se convencido de que o portador do movimento revolucionário que deveria superar a sociedade burguesa era o proletariado. E ele se dispôs a repensar criticamente o que a burguesia vinha dizendo e fazendo, questionando-a do ângulo de uma filosofia que seria simultaneamente uma filosofia do trabalho e dos trabalhadores.

Essa convicção de Marx foi decisiva na construção da sua filosofia. Os trabalhadores da indústria eram as maiores vítimas da exploração, os maiores

interessados em que ela terminasse. Tomando consciência da sua situação, a classe operária se tornaria a vanguarda de uma mobilização ampla, de uma luta sem precedentes na história da humanidade, que pela primeira vez se libertaria da divisão social do trabalho.

Um primeiro desafio que Marx enfrenta está na sua defesa da especificidade do trabalho humano, que o capital reduz a uma atividade de tipo animal. Marx mostra que há uma diferença qualitativa essencial entre o “trabalho” de uma abelha e o trabalho de um arquiteto. A abelha é inteiramente guiada por uma força que a impulsiona automaticamente ao fazer sua colmeia; seu procedimento não muda, é o mesmo há milênios. Em nenhum momento a abelha “antecipa” alguma representação do que vai fazer.

O arquiteto, não. Ele precisa da antecipação. Faz a planta da casa, um momento necessário da sua criação. O trabalho humano engendra o novo, passa por um espaço de liberdade, no qual são feitas escolhas, são tomadas decisões. E foi assim que Marx chegou a sua original concepção do homem: o homem, pelo trabalho, fez-se a si mesmo.

A pergunta dramática que o revolucionário não podia deixar de fazer era a seguinte: como foi que o trabalho, de atividade pela qual o ser humano se criou, se tornou essa atividade abominável que os trabalhadores são forçados a realizar?

A ALIENAÇÃO

Em Paris, desempregado, com a mulher e uma filha pequena (outra a caminho), em pleno verão de 1844, sentado em cima de pilhas de exemplares da revista que seus amigos tinham resolvido publicar lá – em alemão – Marx passava horas escrevendo um texto que não era para ser publicado: era para ele mesmo se esclarecer a respeito do que pensava. Estavam nascendo os ***Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844***.

O sujeito humano se defronta com uma situação insólita. O crescimento das forças produtivas, o rápido progresso tecnológico, o crescente domínio sobre as forças naturais, afinal, não resultaram imediatamente em benefícios para os trabalhadores. Ao contrário: tal como o trabalho é imposto ao trabalhador, tal como o trabalhador o vê, ele se tornou uma atividade de

“estranhamento”, de “alienação” (palavras de significado praticamente igual). O trabalhador não possui os grandes meios de produção.

Desde a revolução industrial, as máquinas que vêm sendo inventadas têm sido cada vez mais complicadas e cada vez mais caras. Só o capitalista pode possuí-las. O trabalhador possui apenas sua força de trabalho, sua capacidade de criar valores. Ele se vê atrelado a um sistema no qual o trabalho “produz riqueza para os ricos, mas privação para o trabalhador; produz palácios, mas cavernas para o trabalhador; produz beleza, mas deformação para o trabalhador”.

Antes mesmo de passar a existir, parido pelas máquinas da fábrica, o objeto criado para ser mercadoria já pertence a outro que não o trabalhador.

Esse fenômeno, por assim dizer, “contamina” a sociedade inteira. Tal como o operário se defronta com uma força um tanto misteriosa, que lhe rouba o que ele produziu, o cidadão vê as instituições e as leis que ele fez (ou que ao menos foram feitas em seu nome) se erguerem diante dele como uma força estranha (estranhamento) ou como uma força alienada (alienação).

A criação se voltava contra o criador. Antes dessa inversão, as condições acarretavam menos estragos e permitiam que os resultados de algumas batalhas fossem positivos. Marx lamenta os danos causados ao rico patrimônio de autoconhecimento acumulado ao longo de milênios pelo processo de transformação da percepção sensorial, articulado com a sensibilidade dos homens. “A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo”.

Esse trabalho, contudo, estava sendo severamente danificado. “O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado (...) pelo simples estranhamento de todos os sentidos pelo sentido do TER”. O jovem Marx denuncia o caráter mistificador do individualismo e a manobra ideológica que consiste em contrapor os indivíduos concretos à sociedade abstrata. “O indivíduo é o ser social”. Os indivíduos são inequivocamente indivíduos, por isso pertencem a coletividades efetivamente social-individuais. A redução dos caminhos da apropriação da riqueza da realidade pelo homem ao TER é uma redução drasticamente empobrecedora. Segundo seus critérios, o homem rico seria o que tem muito dinheiro, muitas propriedades: a riqueza estaria em algo que está objetivamente fora do homem, algo de que ele se apropriou, mas

pode perder. De acordo com o critério adotado pela filosofia socialista, seres humanos serão mais ricos ou mais pobres dependendo do nível mais profundo ou mais superficial em que necessitam de manifestações de humanidade por parte de outros seres humanos.

A IDEOLOGIA E A PRAXIS

As condições em que a sociedade dividida se mantém organizada necessitam de um encobrimento da importância da divisão. A unidade do gênero humano é relativizada. O processo real pelo qual os indivíduos se tornam mais autônomos é mistificado: a individualização deixa de ser reconhecida como resultado da história e passa a ser vista, do ângulo do individualismo, como causa da história.

Os detentores do poder são levados a crer que o ponto de vista deles é, por si mesmo, universal. Essa convicção é transmitida a toda a sociedade. Fica estabelecida, no plano da construção do conhecimento, uma combinação de conhecimento genuíno e representação truncada: a ideologia.

Não há conhecimento que possa se pretender imune à distorção ideológica. Mas também é preciso que se diga: o fato de que a ideologia onipresente distorça o conhecimento não quer dizer que ela o destrua. Marx, exilado em Londres, passou anos estudando os escritos dos economistas ingleses, dizendo que eles não eram científicos, eram ideológicos. Nem por isso deixou de reconhecer que aprendia muitas coisas com eles.

Há duas direções nas quais o pensamento destrói a ideologia. A primeira é aquela que proclama que tudo é ideológico. Se fosse assim, nada seria ideológico, nada distinguiria a especificidade da ideologia. E a segunda é aquela que reduz a distorção ideológica a mero lapso, falha sempre corrigível, tropeço resultante de alguma desatenção do cientista. A ideologia, reduzida a essas proporções, perde completamente sua eficácia questionadora, seu significado como reveladora de problemas mais profundos na construção do conhecimento. A ideologia lança suspeitas sobre o conhecimento, cria problemas de difícil solução. Há problemas teóricos que a teoria não resolve. Quando a teoria se perde em seu próprio labirinto e não corresponde ao que a realidade está lhe cobrando, o jeito é ceder o comando ao engajamento prático dos seres humanos. Nesse engajamento, os homens aproveitam o que querem

do acervo da teoria. Marx, evitando qualquer compromisso com uma dedicação unilateral à teoria, escreveu: “Os filósofos têm se limitado a interpretar o mundo. Trata-se, porém, de transformá-lo”.

Walter Benjamin, admitindo que a teoria de inspiração dialética corria o risco de se entregar demais à articulação dos processos e dos fenômenos em suas infindáveis mediações, conversava com seu amigo, o poeta comunista Bertolt Brecht, sobre a legitimidade de certa impaciência pelo reencontro do teórico revolucionário com os conflitos práticos, com a “grossura” da luta política travada na prática. Brecht e Benjamin falavam no *plumpes Denken* (algo que poderíamos traduzir por “pensamento grosso”).

A perspectiva de Marx era a de convocar a razão para rever criticamente a história e mergulhar na história política para, por meio das ações, corrigir qualquer exagero eventual - especulativo - no uso da razão.

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DE QUADROS

A história não segue um curso arbitrário, não tem um movimento absurdo, que escapa sempre – e por completo – ao conhecimento dos seres humanos.

É claro que o acaso não pode ser eliminado totalmente das transformações que ela nos mostra. A história tem sentido, sim, e é um sentido que depende daquilo que os homens que a fazem conseguem lhe impor.

Esse sentido da história, porém, não é “dado”, pronto e acabado. Objetivamente, ele deriva do fato de que cada geração assume como herança o quadro histórico que lhe é deixado pela geração que a precedeu. Mas o modo como ela assume o legado já depende dos sujeitos, já vai além da realidade “puramente objetiva”. E essa dimensão subjetiva é uma ineliminável fonte de erros.

Mesmo um pensador genial como Marx pode se equivocar, pode se defrontar com uma conjuntura nova e surpreendente, e fazer um mau balanço do caminho percorrido.

Marx não previu toda a força, nem toda a competência com que a burguesia defendeu sua hegemonia. Acompanhou com curiosidade o desenvolvimento das locomotivas nas ferrovias (movidas a vapor d’água e

depois a eletricidade). Registrou o descobrimento do petróleo em 1859. Depois, a invenção do telefone (1876), do microfone e do fonógrafo, em 1877.

Como poderia Marx, entretanto, prever os diversos desdobramentos das combinações desses avanços científicos e tecnológicos com outras invenções e outras descobertas que estavam sendo realizadas longe dele? Como poderia entender os conflitos que ocorreriam em torno dos lucros colossais da indústria petrolífera? Como poderia prever a organização das companhias de aviação, que ainda estavam sendo sonhadas? Como os marxistas – os que vieram depois de Marx - poderiam avaliar o impacto que teriam o rádio, o cinema e a televisão, que só no século XX passaram a ocupar o colossal espaço que ainda ocupam, sobre os costumes e padrões de comportamento?

A burguesia europeia se fortaleceu econômica e politicamente, bem mais do que Marx e Engels podiam imaginar. Consolidou sua hegemonia e houve quem passasse a viver o período das últimas décadas do século XIX e das primeiras décadas do século XX como se ele fosse maravilhoso. Chamaram-no de a "Belle Epoque". O austríaco Friedrich von Wieser chegou a formular uma lei, representativa do progresso realizado: a lei da diminuição da violência na relação entre os povos. (O início da guerra mundial de 1914 a 1918, é claro, revogou essa lei...)

Em todo caso, os socialistas não faziam má figura na entrada do século XX. Estavam divididos, mas conseguiam administrar a divisão. À esquerda, agiam os comunistas, para os quais o socialismo seria só uma transição para a sociedade sem Estado (o comunismo). À direita (direita da esquerda, naturalmente) ficavam os social-democratas, que desconfiavam do comunismo, achavam que ele era uma utopia. Na realidade, o proletariado, nos principais países industrializados da Europa, havia aumentado seu poder de compra, no final do século XIX. E não se sentia inclinado a participar de levantes revolucionários.

As divergências viriam a ter no século XX consequências muito significativas. Os social-democratas, entusiasmados pelo crescimento, tratavam de se preparar para quando chegassem ao poder. Esforçavam-se para viabilizar todas as reformas necessárias, num processo que – reconheciam – podia ser prolongado. Os comunistas, porém, sustentavam que a transição efetivada pela "ditadura do proletariado" (conceito herdado de

Auguste Blanqui (1805-1881), líder revolucionário que passou 35 anos na cadeia e foi quatro vezes condenado à morte), seria rápida e achavam perda de tempo um comunista se ocupar de processos históricos prolongados, que só produziriam seus efeitos políticos a longo prazo.

Era coerente, então, a opção da maioria dos social-democratas por reformas lentas e graduais, enquanto os comunistas tendiam às vezes a reduzir a política educacional a uma radical formação de “quadros”. A primeira guerra mundial criou condições que levaram os comunistas russos ao poder. Lênin (1870-1924) comandou a revolução vitoriosa dos bolcheviques com palavras de ordem que não eram socialistas: paz, pão, terra e liberdade.

COMUNISTAS E SOCIAL-DEMOCRATAS

O governo revolucionário enfrentou situações muito difíceis. Passada a primeira fase (o “comunismo de guerra”), neutralizadas as invasões estrangeiras, assinado o pacto que deu fim à guerra com a Alemanha, realizada uma reforma agrária, adotada a “Nova Política Econômica”, a União Soviética se consolidou e Moscou se tornou o centro do movimento comunista internacional.

Lênin foi certamente o comunista que maior influência exerceu sobre a história política do século XX, não só pela criação da União Soviética como por sua concepção do “partido de novo tipo”. Algumas ideias (não todas) do revolucionário foram selecionadas, transformadas mediante hábil articulação numa “doutrina”, que foi amplamente utilizada na educação política dos militantes. Lênin só pôde ver o início dessa história: vítima de um atentado, sobreviveu em condições precárias e, afinal, morreu em 1924.

A União Soviética e o movimento comunista internacional passaram a ter como principal dirigente Stalin (1879-1953), que decidiu fortalecer a coesão interna do movimento, “expurgando” seus rivais, veteranos bolchevique, que haviam feito a revolução e tinham sido companheiros de Lênin.

O programa de Stálin se baseava na ideia animadora (ilusória) de que era possível edificar o socialismo num só país (a União Soviética), mesmo que nos demais países continuasse a prevalecer o capitalismo. Stalin mandou um agente dele matar, no México, o exilado Trótski (1879-1940), comunista dissidente, principal crítico da pretensa edificação do socialismo num só país.

As contradições não eram assumidas e francamente discutidas: eram sufocadas, reprimidas. A filosofia oficial do novo sistema foi batizada como “marxismo-leninismo”. O hífen unia os dois substantivos, ignorando a diferença de nível de abstração que se vê na perspectiva teórica de cada um deles: o partido leninista de novo tipo e a teoria leninista da revolução não estão elaborados no mesmo nível filosófico que a concepção do homem, a concepção da história, a teoria da alienação e o conceito de ideologia de Marx. O hífen forçava uma adaptação dos conceitos teórico-políticos de Lênin a conceitos filosóficos e reduzia os conceitos filosóficos de Marx a conceitos teórico-políticos.

Essas características prejudicavam a credibilidade dos comunistas; era difícil acreditar que eles eram os verdadeiros herdeiros de Marx. Os social-democratas, ao longo da primeira metade do século XX, disputaram essa herança. Mas também havia grandes disparidades entre o que Marx dizia e o que a social-democracia fazia. Participando de governos de coalizão em diversos países europeus, os social-democratas não conseguiram realizar reformas significativas e, aos olhos da massa trabalhadora, ficaram reduzidos a “gestores do capitalismo”.

Por sua combatividade, os comunistas ganhavam às vezes uma deferência que suas teorias não mereciam. A política cultural dos comunistas, baseada frequentemente nas fórmulas engessadas da doutrina que eles adotavam, não encorajava as filiações de artistas e intelectuais simpatizantes.

Contudo, muita gente famosa da área cultural chegou, em algum momento, a entrar no partido (Pablo Picasso, Portinari, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Pablo Neruda, Oscar Niemeyer, Ferreira Gullar, Rafael Alberti, etc.). Ou chegou a se aproximar dele, mas não se filiou, como foi o caso de Carlos Drummond de Andrade e o caso de Bertolt Brecht.

Outro fator que contribuiu para que artistas e intelectuais conhecidos tenham dado apoio ao comunismo foi a ameaça do fascismo e do nazismo. O pavor atingia multidões. A hipótese de acordar e se ver um dia governado por um Hitler ou um Mussolini era extremamente angustiante. E muitas pessoas estavam convencidas de que, sem os comunistas e sem a União Soviética, o “Ocidente” seria inapelavelmente derrotado. Para terem chance, precisavam treinar muito.

A DERROTA DA UNIÃO SOVIÉTICA

Se fizermos um balanço do pensamento da esquerda, tal como ele funcionava em meados do século XX, não será difícil perceber que os intelectuais “engajados” viviam naquele momento histórico uma situação delicada.

A imprensa noticiava escândalos de corrupção na União Soviética e denunciava a existência de campos de trabalhos forçados. As consequências da burocratização eram visíveis, mesmo à distância. André Gide visitou a pátria de Lênin e voltou muito decepcionado. Nos Estados Unidos, baluarte do capitalismo, a situação não era nada animadora. No clima da “guerra fria”, estava constituído no senado norte-americano um comitê de investigação de atividades antiamericanas que perseguia artistas e intelectuais, infernizava a vida de quem, de acordo com critérios nunca definidos, lhe parecia ser de esquerda. Esse comitê chegou a intimar Charles Chaplin. Na Coreia, a “guerra fria” já estava pegando fogo, o risco de uma terceira guerra mundial – com armas atômicas – parecia estar aumentando. As pessoas se perguntavam: quem deviam apoiar? Como poderiam contribuir para fortalecer a posição mais justa?

Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), judeus alemães socialistas, tinham horror ao nazismo, detestavam a União Soviética e abominavam os Estados Unidos. A maior contribuição deles à crítica do capitalismo, a teoria da “indústria cultural”, foi repelida pelos representantes do “Marxismo-leninismo”, foi recusada pela burocracia que governava os países da Europa oriental.

Sartre (1905-1980), por sua vez, tinha feito duras críticas aos comunistas e à União Soviética, acusando-os de adotar uma concepção determinista do materialismo histórico. De fato, o discurso dos comunistas, segundo Sartre, invocava um “sentido da história” que dispensava a intervenção da subjetividade humana e funcionava como um álibi para o oportunismo deles. Com a guerra da Coreia, porém, aproximou-se dos comunistas, convencido de que, mesmo sendo oportunistas, estavam mais comprometidos que os norte-americanos com a causa da preservação da paz.

A invasão da Hungria por tropas soviéticas em 1956, contudo, impediu que a aproximação prosseguisse. Revoltado contra o “oportunismo” dos

comunistas, Sartre – isolado – passou a apoiar os maoístas, distribuindo panfletos na rua, conclamando a população a se rebelar.

GRAMSCI E LUKACS

Sartre, Adorno, Horkheimer, isolados, pagavam um preço alto pela liberdade de expressão do pensamento: eram atacados e eventualmente caluniados e difamados pelos partidos comunistas. Mais complicada ainda era a situação de pensadores importantes que pensavam por conta própria, mas eram, eles mesmos, membros de partidos comunistas. É o caso do húngaro Georg Lukács e do italiano Antonio Gramsci, dois autores sobre os quais há muita literatura publicada. Sem serem social-democratas, ciosos de sua identidade comunista, Gramsci e Lukács adotaram uma perspectiva abrangente – mais comuns entre social-democratas do que entre comunistas – que lhes permitia retomar o que havia de bom nas construções intelectuais e nas produções artísticas de autores que não tinham qualquer ligação com o comunismo.

Lukács se entusiasmava com Shakespeare, com Balzac e com Thomas Mann. Gramsci se encantava com São Francisco de Assis e com Dante. Estavam atentos para valores culturais que lhes pareciam fundamentais na educação, na formação da cidadania.

Lukács (1885-1971), membro do Partido Comunista Húngaro, ficou famoso com a publicação de ***História e Consciência de Classe***, em 1922. Nesse livro, aprofundou o estudo crítico da “coisificação”. Na medida em que no capitalismo tudo gira em torno do mercado, tudo tende a virar mercadoria (inclusive a força de trabalho, a criatividade do sujeito humano). Então, os sujeitos humanos vão sendo cada vez mais percebidos como apêndices dos objetos, isto é, vão sendo vistos como “coisas”.

Os movimentos subjetivos deixam de ser enxergados, tendem a se dissolver em movimentos pretensamente objetivos. A própria linguagem expressa isso: as pessoas falam nas mercadorias e dizem: o feijão baixou, a cerveja subiu, a farinha aumentou, o morango sumiu.

Na linha aberta pelo livro de Lukács, Horkheimer (1885-1973), e depois Adorno (1903-1969) e Herbert Marcuse (1898-1978), trilharam um caminho que deu vida à chamada Escola de Frankfurt, oficialmente designada como o

Instituto de Pesquisa Social. Quando foi forçado a sair da Alemanha, Walter Benjamin viveu como bolsista desse Instituto.

Para Adorno e Horkheimer, a manipulação dos consumidores em escala massiva proporciona imensos lucros ao grande capital e provoca a generalização de um comportamento adaptativo, passivo, na população. É a “indústria cultural”, que assegura ao capitalismo uma vitalidade (perversa) que ele não tinha no tempo de Marx.

A denúncia da “indústria cultural” por Adorno e Horkheimer (mais tarde apoiada por Marcuse) – embora condenada pela burocracia do Leste europeu – alertou os educadores para a gravidade do fenômeno e para a importância da busca dos caminhos que podem fortalecer o espírito crítico das pessoas, nas atuais circunstâncias.

A influência de Gramsci sobre a cultura da esquerda brasileira é inegável. Recentemente Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques prepararam uma nova edição dos ***Cadernos do Cárcere***, do fundador do Partido Comunista Italiano, e o lançamento dos seis volumes foi um sucesso de crítica e de público.

Gramsci tem uma concepção histórica (e não geográfica) do “Ocidente”. Nas condições “ocidentais”, os revolucionários precisam levar em conta a força de uma “sociedade civil” organizada, com a qual precisarão se entender para exercer o poder. Em vez de se preparar para tomar o poder através de um golpe de Estado, numa “guerra de movimentos”, os comunistas precisavam travar uma complexa e prolongada “guerra de posições”, e combinar a pressão material com o poder de persuasão, para construir a “hegemonia”.

A teoria gramsciana da “hegemonia” resultava na atribuição de uma enorme importância às batalhas que devem ser travadas no campo da educação e da cultura, para a transformação da sociedade. E a ideia do “consenso” exigia um permanente diálogo no esforço de mobilização dos “de baixo” contra o poder dos “de cima”.

Segundo o pensador italiano, na maneira usual que as pessoas têm de ver o mundo, prevalece o “senso comum”, que não consegue ter uma dimensão crítica e se apoia em ideias preconcebidas. Mas, no interior do “senso comum”, pode se encontrar um ponto capaz de se aprofundar, numa reflexão mais dinâmica: o “bom senso”. Somente dialogando com o “bom

senso”, existente nos interlocutores, o revolucionário pode realmente ajudar a solucionar os problemas da sociedade.

Reconhecidos como os “clássicos” da Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer vão, agora, ceder algum espaço a Walter Benjamin e Marcuse.

ESCOVANDO A CONTRAPELO

Walter Benjamin escrevia cartas para seu amigo Gerschon Scholen, anunciando-lhe que, sendo comunista, estava na iminência de se filiar ao Partido. Até por uma questão de coerência, dizia. No entanto, tal como seu amigo Brecht, jamais se filiou formalmente ao Partido.

Scholen, que não era comunista, evitava discutir o assunto. Estava convencido de que Benjamin deveria ir para Jerusalém e se dedicar ao estudo de teólogos Judeus heterodoxos. Arranjou até uma bolsa de estudos para Benjamin se dedicar ao estudo do idioma hebraico. O crítico, porém, gastou o dinheiro com as despesas do seu dia a dia como exilado e continuou sobrevivendo com dificuldade em Paris.

Para Benjamin, a permanência em Paris era necessária. Ele tinha o projeto de analisar, no coração da “Capital do Século XIX”, as taras que, mais tarde seriam usadas pelos nazistas alemães na ocupação da França. Desconfiava de abusos na mente de pessoas que, em nome do princípio da razão, subestimavam a importância das rupturas. Não gostava de Hegel.

Seu ideal, como marxista (o que era isso para ele?), não era o de acompanhar com atenção o movimento da história, esperando que ela lhe revelasse seus segredos.

Seu ideal também não era o de decifrar os hieróglifos da história. O que realmente importa, para um revolucionário, é fazer a história, imprimindo-lhe um sentido libertário.

A convicção de Benjamin foi formulada por ele, numa das suas indicações mais famosas: “escovar a história a contrapelo”.

A “GRANDE RECUSA”

Herbert Marcuse (1898- 1978) foi um dos primeiros marxistas a tentar extrair as consequências da dupla mudança nas condições do capitalismo e do proletariado.

Inicialmente, fazendo seu doutorado sobre Hegel sob a orientação de Heidegger, ele percebia a situação de maneira confusa. Depois que se ligou ao Instituto de Pesquisa Social, percebeu agudamente como estava ocorrendo a cooptação de setores da classe operária em países industrializados, como os Estados Unidos.

A conclusão que Marcuse tirou da sua constatação não foi a de que os dirigentes políticos da esquerda deviam se resignar com a luta por pequenas reformas. Marcuse insistia na opção radical.

Para o revolucionário, o sistema cooptava os trabalhadores, porém impunha uma existência deletéria à maioria da população.

Conforme sua descrição, as pessoas moram engavetadas em imensos caixotes chamados prédios de apartamentos, trabalham em atividades pouco ou nada prazerosas, possuem automóveis particulares novos, com os quais enfrentam grandes engarrafamentos, para irem a lugares que se parecem com os locais onde moram ou trabalham. Essas pessoas têm geladeiras e *freezers* com produtos congelados, veem os mesmos programas de TV, leem jornais e revistas que dizem mais ou menos a mesma coisa. Orgulham-se do que conquistaram e se empenham em se convencer de que são “bem sucedidas”.

A sociedade atual se caracteriza pela unidimensionalidade: as pessoas são incitadas a ser diferentes, mas se adaptam a um padrão de pensamento e de comportamento que as torna cada vez mais parecidas umas com as outras.

Marcuse conclamava os estudantes, os negros, as mulheres inquietas, os hippies, os povos do Terceiro Mundo, para o que ele chamava de “a Grande Recusa”.